



2º SIMULADO ESPECIAL

CGE SP

Auditor Estadual De Controle
Especialidade: Correição E Combate À Corrupção
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **CGE-SP**, cargo de **Auditor Estadual de Controle - Correição e Combate a Corrupção**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/zSi89qUuT3p7u9ZS9>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE	101 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE	102 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE	103 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE	104 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE	105 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE	106 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE	107 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE	108 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE	109 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE	110 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE	111 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE	112 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE	113 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE	114 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE	115 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE	116 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE	117 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE	118 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE	119 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE	120 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/GycQ>

MÓDULO I**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

1. Assinale a afirmativa em que se trocou adequadamente uma oração adjetiva por um adjetivo de valor equivalente.

- a) O paciente apresentava sintomas que perduraram no tempo. / crônicos
- b) Estava em busca de uma roupa que nunca saísse de moda. / indispensável
- c) O jornal publicou notícias que careciam de fontes confiáveis. / mentirosas
- d) O contrato estabelece uma cláusula que ninguém pode mudar. / inadiável
- e) Minha mãe fazia dietas que eram um ciclo sem fim. / intermitentes

2. Assinale a opção que apresenta um segmento textual sem traços de subjetividade.

- a) Tudo parece um filme que já vimos várias vezes.
- b) O Brasil é, sem dúvida, um país de belezas naturais.
- c) Provavelmente os resultados serão divulgados amanhã.
- d) As medidas se mostraram insuficientes no combate à criminalidade.
- e) Não há atleta que não faça exercício físico diariamente.

3. Leia o fragmento de texto a seguir.

O narcisismo moderno é um espelho invertido. Devemos nos assemelhar ao que aparece no espelho, que na verdade não é nosso reflexo, mas são as expectativas e as condições do amor dos outros. Nós temos a tarefa de tentar espelhar essas expectativas. (Contardo Calligaris, In: Folha de S. Paulo. Adaptado)

Sobre a estruturação ou significação desse fragmento, assinale a afirmativa correta.

- a) A expressão “na verdade” serve para corroborar a ideia anterior.
- b) A comparação figurada utilizada no texto aparece devidamente justificada.
- c) Segundo o texto, o narcisismo moderno fortalece a autonomia do indivíduo frente às opiniões alheias.
- d) As formas verbais “Devemos” e “temos” se justificam pelo fato de referir-se exclusivamente ao leitor e ao enunciador.
- e) Calligaris emprega o termo “espelho” em linguagem lógica para garantir a clareza da expressão.

4. Assinale a frase em que o termo sublinhado se refere a algo expressamente mencionado antes.

- a) O hospital estava superlotado naquela manhã; os pacientes aguardavam atendimento nos corredores.
- b) Instituições de caridade receberam a doação de alimentos perecíveis. As frutas e os laticínios mantinham-se frescos.
- c) A biblioteca pública passou por reformas recentes. Agora o acervo está mais acessível aos leitores.
- d) O debate entre os candidatos estava acalorado. Sob o olhar da plateia, uma chuva de acusações era despejada pelos políticos.
- e) A poluição do rio comprometeu toda a fauna aquática. As espécies de peixes estão migrando para outras áreas.

5. Todas as frases abaixo contêm pleonasmos, ou seja, repetições desnecessárias de palavras, que foram modificadas na reescritura dessas frases.

A frase em que o processo de reescritura NÃO elimina o pleonasmo original é:

- a) As contas públicas tiveram superávit positivo no primeiro trimestre / As contas públicas tiveram superávit no primeiro trimestre.
- b) O autor quis reescrever de novo o capítulo final da novela / O autor quis escrever de novo o capítulo final da novela.
- c) Pensei em adiar a viagem, mas já agora decidi viajar amanhã / Pensei em adiar a viagem, mas já agora decidi partir amanhã.
- d) Particularmente penso que não há mais solução para o caso / Penso que não há mais solução para o caso.
- e) A disciplina e a criatividade se complementam mutuamente / A disciplina e a criatividade se complementam.

6. Assinale a frase que não exemplifica a função conativa de linguagem.

- a) Cabe a cada um fazer sua parte.
- b) Não se preocupe que amanhã é um novo dia.
- c) Deixe de lado esse desânimo de estudar.
- d) Para mais informações, não hesite em nos procurar.
- e) Examine cada caminho com atenção e propósito.

7. Assinale a frase em que o acento grave da crase está empregado corretamente.

- a) Políticos se dirigiram à Brasília para a cerimônia de posse.
- b) O jogador do time dedicou a vitória à sua mãe.
- c) Os manifestantes foram à pé até a praça da cidade.
- d) O deputado se referiu à Vossa Excelência durante o discurso.
- e) A professora fez uma alusão à obras de Machado de Assis na aula.

8. Assinale a frase integralmente construída com linguagem formal (não popular).

- a) O pugilista vai pegar pesado com o adversário.
- b) Para ti viver sem amor não é viver.
- c) A gente chega amanhã de manhã.
- d) Fazem muitos anos que desejo comprar um carro novo.
- e) Me vejo obrigado a protestar contra tal medida.

9. Das cinco frases apresentadas a seguir, quatro expressam a mesma relação lógica.

Assinale a frase que se distingue das demais por não mostrar esse valor semântico.

- a) O Brasil é para poucos, pois não é para todos.
- b) Dado que o Brasil não é para todos, é para poucos.
- c) Porquanto não seja para todos, o Brasil é para poucos.
- d) Visto como não seja para todos, o Brasil é para poucos.
- e) O Brasil é para poucos, posto que não seja para todos.

10. A frase abaixo que mostra uma forma verbal inaceitável em relação à norma culta da língua portuguesa é:

- a) Se você vier à reunião, poderemos conversar.
- b) Se você reter os documentos, haverá problemas.
- c) Se você intervier no debate, todos ouvirão sua opinião.
- d) Se você mantiver a calma, tudo se resolverá.
- e) Se você vender seu carro, poderá pagar suas dívidas.

11. Considere o segmento abaixo.

“O adjetivo ‘grande’ pode apresentar muitos significados. Por exemplo, se um homem alto e musculoso agredisse uma mulher, ele ainda seria um homem grande, mas certamente não seria um grande homem.”

Assinale a opção que apresenta uma característica da linguagem dessa frase.

- a) a polissemia.
- b) a ambiguidade.
- c) a redundância.
- d) o paralelismo.
- e) a expressividade.

12. Uma frase publicitária dizia:

“Compre no Supermercado Pateta e ganhe uma viagem à Disney”.

O argumento publicitário dessa frase se fundamenta no(na):

- a) sedução;
- b) tentação;
- c) apelo afetivo;
- d) intimidação pela vergonha;
- e) competição.

LÍNGUA INGLESA

Andrea Belo

Nvidia just became the world's first \$5 trillion company. Unprecedented demand for the company's AI chips has propelled the company's market valuation into the stratosphere. The milestone, which Nvidia reached at Wednesday's open, comes just three months after the company crossed the \$4 trillion mark. It took Nvidia about 13 months to go from \$3 trillion to \$4 trillion in valuation.

Nvidia stock has gained about 50% in 2025 and has been near or at the top of the S&P 500's best-performing stocks for years as investment in artificial intelligence continues to fuel the chipmaker's meteoric rise.

Nvidia's stock rose after CEO Jensen Huang presented a vision of Nvidia's future in which the company's chips would be placed in everything from cell phone towers to robotic factories to self-driving cars. Huang, in his first-ever keynote address at the company's GTC AI conference in Washington on Tuesday was effusive in his praise for Trump.

Nvidia's AI chips are essential to powering the data centers that run the technology. The company is central to the AI boom not just because of those chips that are making it tons of money, but also because of the investments it's pouring into other major players.

Another tech giant — Apple — breached the \$4 trillion benchmark. It's a sign that that the iPhone is still enough to excite consumers and Wall Street, even as the company has fallen behind in the AI race.

Meanwhile, Nvidia and AI leader OpenAI recently announced a major new tie-up, which will have the ChatGPT maker purchase billions of dollars' worth of chips in exchange for a \$100 billion investment from Nvidia that will be made over time.

Adapted from: <https://edition.cnn.com/2025/10/29/tech/nvidia-5-trillion-valuation-ai>

13. Based on the text, Nvidia reached the \$5 trillion milestone

- a) after a 50% stock gain in 2025.
- b) three months after crossing \$4 trillion.
- c) 13 months after reaching \$3 trillion.
- d) following investments in OpenAI.
- e) due to Apple's breach of \$4 trillion.

14. In the text, "meteoric rise" refers to Nvidia's

- a) investments in other AI players.
- b) stock performance over years.
- c) keynote address by Jensen Huang.
- d) tie-up with OpenAI.
- e) rapid increase in market valuation.

15. Based on the text, Jensen Huang's keynote address included

- a) details on Apple's AI shortcomings.
- b) a vision of widespread use of Nvidia chips.
- c) announcements of stock gains for 2025.
- d) criticism of data center technologies.
- e) plans for iPhone integration.

16. The text mentions that Nvidia is central to the AI boom because of

- a) its praise for political leaders.
- b) consumer demand for iPhones.
- c) chips and investments in major players.
- d) milestones in market valuation.
- e) keynote addresses at conferences.

17. In the text, the word "effusive" in "effusive in his praise for Trump" means

- a) reserved.
- b) critical.
- c) indifferent.
- d) moderate.
- e) enthusiastic.

18. The text suggests that Nvidia's stock rose after

- a) Jensen Huang's keynote presentation.
- b) Apple's \$4 trillion milestone.
- c) OpenAI's purchase announcement.
- d) the \$5 trillion valuation.
- e) 13 months of growth.

19. Based on the text, analyze the assertions below:

- I. Nvidia's valuation growth accelerated after \$4 trillion.
- II. Apple is ahead in the AI race due to iPhone sales.
- III. Nvidia invests in other AI companies.

a) Only I is correct.

b) Only II is correct.

c) Only III is correct.

d) I and III are correct.

e) All three are correct.

20. The text indicates that Nvidia's AI chips are essential for

- a) manufacturing iPhones.
- b) praising political figures.
- c) powering data centers.
- d) reaching \$3 trillion valuation.
- e) investing in OpenAI.

FUNDAMENTOS DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Tonyvan Carvalho

21. A Lei Complementar nº 1.419/2024, do Estado de São Paulo, estabelece as diretrizes e a estrutura do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo. Considerando os princípios e a lógica dessa norma, assinale a alternativa correta:

- a) Centraliza a auditoria em um único órgão, extinguindo UAIGs.
 - b) Estabelece o órgão central do SCI e define competências, preservando a atuação das UAIGs junto às entidades.
 - c) Confere ao SCI competência de revisão judicial de contratos.
 - d) Subordina o TCE ao órgão central do SCI.
 - e) Substitui integralmente o Manual (Res. CGE nº 13/2023).
-

22. De acordo com a Lei Complementar nº 1.419/2024, entre as competências do Sistema de Controle Interno (SCI) do Poder Executivo Estadual, destaca-se:

- a) emitir parecer prévio sobre as contas do Governador.
- b) instaurar processos administrativos disciplinares no Tribunal de Contas.
- c) instaurar e conduzir os procedimentos administrativos disciplinares e de responsabilização, nos termos do decreto regulamentar.
- d) editar as leis orçamentárias anuais.
- e) julgar as contas dos gestores municipais.

23. Assinale a alternativa correta sobre a posição institucional do Sistema de Controle Interno (SCI) do Poder Executivo:

- a) É órgão independente como o TCE.
- b) Integra o Executivo, com autonomia técnica necessária ao exercício da auditoria interna.
- c) Integra o Judiciário.
- d) Integra o Legislativo.
- e) Não pode apoiar o TCE.

24. Segundo a CF/1988, os responsáveis pelo controle interno que, cientes de irregularidades, não derem ciência ao Tribunal de Contas:

- a) respondem solidariamente, na esfera penal.
- b) praticam ato de improbidade administrativa por tipificação automática.
- c) respondem solidariamente pelo ilícito e pelas omissões.
- d) estão sujeitos apenas a advertência.
- e) respondem exclusivamente na esfera cível.

25. A atividade de auditoria interna governamental tem como propósito aumentar e proteger o valor organizacional das instituições públicas, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco. No âmbito do Poder Executivo do Estado de São Paulo, a execução dessa atividade é de responsabilidade:

- a) exclusivamente da Controladoria Geral do Estado (CGE), que centraliza e executa diretamente todas as auditorias em órgãos e entidades da administração pública.
 - b) das Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG), que compreendem a CGE, por meio da Coordenadoria de Auditoria Interna Governamental, e as auditorias internas singulares (Audin) vinculadas aos órgãos e entidades da Administração Indireta.
 - c) da Secretaria da Fazenda e Planejamento, mediante a atuação da Subsecretaria de Controle e Avaliação de Gastos.
 - d) do Tribunal de Contas do Estado, que integra o Sistema de Controle Interno e exerce a função de auditoria interna governamental.
 - e) da Corregedoria Geral da Administração, em parceria com a Procuradoria Geral do Estado, por meio de suas unidades de compliance e integridade.
-

26. A respeito das linhas de defesa da gestão no âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, assinale a alternativa correta.

- a) A primeira linha de defesa é exercida pela Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG), que tem como função principal a execução dos controles primários e a mitigação direta dos riscos operacionais.
- b) As instâncias da segunda linha de defesa atuam de forma independente da gestão, com autonomia técnica, prestando serviços de avaliação e consultoria à alta administração.
- c) A terceira linha de defesa tem caráter preventivo e operacional, sendo responsável pela implementação direta de políticas e procedimentos internos da organização.
- d) As instâncias da segunda linha de defesa apoiam o desenvolvimento dos controles internos da gestão e exercem atividades de supervisão e monitoramento sobre a primeira linha.
- e) A primeira linha de defesa é composta pelas instâncias responsáveis por assegurar o cumprimento das metas estratégicas do Estado mediante serviços de auditoria governamental.

27. Considerando o papel da terceira linha de defesa no Sistema de Controle Interno, conforme o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental e o Decreto nº 69.183/2024, assinale a alternativa correta.

- a) A terceira linha de defesa tem como principal função supervisionar o cumprimento das políticas internas e aplicar sanções disciplinares aos gestores que não observarem os controles da primeira linha.
- b) A atividade de auditoria interna governamental, exercida na terceira linha, presta serviços de avaliação e consultoria, devendo, ao realizar consultorias, assumir as responsabilidades da administração sobre os processos auditados.
- c) As Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) exercem papel de apoio às duas primeiras

linhas, promovendo avaliação independente sobre governança, riscos e controles, com base em autonomia técnica e objetividade.

- d) A terceira linha de defesa limita-se à verificação formal de cumprimento das normas e não abrange a avaliação da eficiência e eficácia das políticas públicas.
- e) A Controladoria Geral do Estado (CGE), por exercer função de controle externo, atua fora da estrutura das três linhas de defesa da gestão.

28. No modelo das três linhas de defesa da gestão adotado pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, a integração entre as linhas constitui elemento essencial para a efetividade do controle. Acerca dessa integração, assinale a alternativa correta.

- a) Cada linha de defesa deve atuar de forma totalmente independente das demais, a fim de evitar interferência nos resultados e preservar a segregação de funções.
 - b) A integração entre as linhas de defesa busca assegurar uma atuação coordenada, com papéis e responsabilidades claramente definidos, evitando lacunas e sobreposições.
 - c) A terceira linha de defesa supervisiona e substitui as funções da primeira e da segunda linhas, quando estas forem ineficientes ou inexistentes.
 - d) As linhas de defesa devem compartilhar as mesmas responsabilidades e atribuições, a fim de promover a uniformização das atividades de controle e fiscalização.
 - e) A atuação das linhas de defesa é sucessiva e hierarquizada, sendo a terceira linha a instância superior que revisa e aprova as decisões das demais.
-

29. De acordo com o modelo das três linhas de defesa, a coordenação entre as Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) e as demais instâncias da gestão é fundamental para o fortalecimento do Sistema de Controle Interno. Sobre essa coordenação, assinale a alternativa correta.

- a) A UAIG deve limitar-se a revisar formalmente os relatórios da segunda linha de defesa, abstendo-se de emitir recomendações ou orientações, a fim de preservar sua objetividade.
- b) A atuação coordenada entre as linhas de defesa implica que a UAIG participe diretamente da execução das atividades da primeira linha, auxiliando no controle operacional dos processos.
- c) A cooperação entre as linhas deve ocorrer de forma que a UAIG apoie a estruturação e o funcionamento das duas primeiras linhas, sem comprometer sua independência e objetividade.
- d) O modelo das três linhas veda a troca de informações entre as instâncias de defesa, sob pena de violação da segregação de funções.
- e) A coordenação entre as linhas exige que a Controladoria Geral do Estado exerça comando hierárquico sobre as unidades de primeira e segunda linha.

30. A atuação da Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) quanto aos controles internos da gestão deve compreender a análise da adequação e eficácia desses controles em relação aos riscos enfrentados pela Unidade Auditada. Nesse contexto, é correto afirmar que a avaliação deve contemplar:

- a) Apenas a confiabilidade e integridade das informações gerenciais produzidas pela administração.
- b) O alcance dos objetivos estratégicos, a confiabilidade das informações e a conformidade com leis e políticas internas.
- c) Somente a conformidade legal e a eficiência operacional dos programas públicos.

d) Apenas a eficácia das operações e a conformidade com normas externas.

e) A adequação da estrutura organizacional e a efetividade das auditorias externas.

31. De acordo com o MOT (2023), os serviços de avaliação podem assumir diferentes naturezas, conforme os objetivos e o escopo definidos. Nesse contexto, considere as seguintes afirmações:

- I. A auditoria financeira ou de demonstrações contábeis busca avaliar a eficiência e a eficácia das operações e programas, a fim de emitir opinião sobre o desempenho da gestão.
- II. A auditoria de conformidade objetiva verifica se atividades financeiras e operacionais estão de acordo com as normas, regulamentos e condições aplicáveis.
- III. A auditoria operacional ou de desempenho visa avaliar o alcance de objetivos e a eficiência das operações, podendo contribuir para a melhoria das decisões e da gestão.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas II está correta.
- c) Apenas III está correta.
- d) Apenas II e III estão corretas.
- e) Todas estão corretas.

32. No âmbito da auditoria interna governamental, o tipo de serviço de avaliação mais apropriado para verificar se as demonstrações contábeis de um órgão público apresentam fidedignidade e observam os princípios contábeis aplicáveis é o de auditoria:

- a) Operacional ou de desempenho.
- b) De conformidade ou compliance.
- c) Financeira ou de demonstrações contábeis.
- d) Patrimonial e de resultados.
- e) Estratégica e de governança.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Adriane Fauth*

33. Foi aprovada a Emenda Constitucional nº W, que introduziu uma norma de eficácia limitada sobre a proteção de dados pessoais no âmbito da administração pública. Antes da promulgação da Emenda, já existia uma lei infraconstitucional, de eficácia plena, que regulava amplamente o tratamento de dados pessoais, inclusive no setor público. Contudo, a norma infraconstitucional contém disposições que são contrárias ao disposto na Emenda. Diante disso, surgiram dúvidas sobre a continuidade da aplicação da lei infraconstitucional até que a norma constitucional seja regulamentada por legislação específica.

Com base nesse cenário, é correto afirmar que:

- a) A norma infraconstitucional será imediatamente revogada, pois é incompatível com o texto constitucional introduzido pela Emenda W, independentemente de regulamentação.
- b) A norma infraconstitucional continuará a ser aplicada até que a norma constitucional de eficácia limitada seja regulamentada.
- c) A norma infraconstitucional será revogada apenas se a norma constitucional for programática.
- d) A norma constitucional de eficácia limitada, por ser hierarquicamente superior, revoga automaticamente qualquer norma infraconstitucional, mesmo que não haja incompatibilidade.
- e) A norma infraconstitucional, por ser de eficácia plena, não pode ser revogada por uma norma constitucional de eficácia limitada, mesmo que haja incompatibilidade.

34. Em uma audiência pública sobre planejamento orçamentário nacional, um deputado federal afirmou que determinadas regiões do país deveriam receber maior atenção do Poder Público, inclusive com benefícios fiscais, obras de infraestrutura prioritária e repasses adicionais, ainda que isso representasse um tratamento desigual em relação às demais regiões. Segundo o parlamentar, tais medidas estariam em conformidade com os objetivos constitucionais da República.

À luz da Constituição Federal de 1988, a afirmação do parlamentar:

- a) revela desrespeito ao princípio federativo, que exige tratamento igualitário e simétrico entre os entes da Federação.
- b) é incompatível com a ordem constitucional, por afrontar o postulado da isonomia entre os cidadãos de diferentes regiões.
- c) encontra respaldo nos objetivos fundamentais da República, especialmente na promoção da redução das desigualdades regionais.
- d) viola a legalidade, pois não há previsão constitucional para diferenciação de tratamento entre regiões dentro da política orçamentária.
- e) pressupõe emenda constitucional para ser viabilizada, em razão da exigência de uniformidade na aplicação dos recursos públicos.

35. Um Estado da Federação editou uma lei que institui um sistema de cotas para preenchimento de vagas em sua universidade estadual, reservando parte das vagas exclusivamente para candidatos que tenham cursado o ensino médio em escolas localizadas no território do referido ente federativo. A justificativa apresentada para a medida foi a correção de desigualdades socioeconômicas regionais.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do STF, é correto afirmar que:

- a) A medida é válida, pois o ente federativo possui autonomia para legislar sobre educação e adotar políticas públicas que promovam a redução de desigualdades regionais.
- b) A medida é inconstitucional, pois viola o princípio da igualdade e o disposto no art. 19, III, da Constituição Federal, ao criar discriminação regional infundada.
- c) A medida é válida, desde que as vagas reservadas sejam destinadas exclusivamente a alunos egressos de escolas públicas.
- d) A medida é inconstitucional, pois a reserva de vagas em universidades públicas é de competência exclusiva da União, sendo vedada aos Estados.
- e) A medida é válida, pois atende ao objetivo fundamental da República de erradicar as desigualdades sociais e regionais, conforme previsto no art. 3º, III, da Constituição Federal.

36. O Presidente da República editou quatro medidas provisórias (MPs), cada qual com o seguinte objeto:

- (1ª MP) autorizou que os Estados e o Distrito Federal legislassem sobre desapropriação em seu território;
- (2ª MP) alterou a alíquota de certo imposto de competência da União;
- (3ª MP) abriu créditos extraordinários ao orçamento da União, com o objetivo de atender a despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes de comoção interna; e

(4ª MP) alterou as regras do processo disciplinar dos servidores públicos civis da União.

O Partido Político Alfa, insatisfeito com a edição das medidas provisórias, consultou o seu advogado a respeito da compatibilidade formal desses diplomas normativos com a ordem constitucional, considerando o objeto de cada qual. O advogado, abstendo-se de considerações em torno de sua relevância e urgência, respondeu corretamente que, sob a ótica formal,

- a) apenas a 2ª, a 3ª e a 4ª medidas provisórias são constitucionais.
- b) apenas a 1ª e a 4ª medidas provisórias são constitucionais.
- c) apenas a 2ª e a 3ª medidas provisórias são constitucionais.
- d) todas as medidas provisórias são constitucionais.
- e) apenas a 2ª medida provisória é constitucional.

37. Carlos, juiz de direito em exercício no primeiro grau de jurisdição do Estado Gama, e Ana, juíza em atuação no primeiro grau de jurisdição do Estado Delta, desejam realizar uma permuta entre si.

De acordo com as disposições da Constituição da República referentes à magistratura, é correto afirmar que a permuta:

- a) somente pode ocorrer entre magistrados de segundo grau de jurisdição, desde que pertençam ao mesmo ramo da justiça;
- b) não é possível, por se tratar de magistrados vinculados a estados distintos;
- c) é possível entre juízes de mesmo grau de jurisdição, ainda que pertençam a diferentes segmentos da justiça;
- d) apenas é admitida entre magistrados de primeiro grau de jurisdição e de igual entrância, dentro do mesmo segmento de justiça;
- e) somente é possível se forem magistrados de primeiro grau de jurisdição e de igual entrância, ou de segundo grau, dentro do mesmo segmento de justiça.

38. Com o aumento expressivo de atribuições administrativas e processuais, o Ministério Público do Estado Ômega verificou a necessidade de ampliar o número de servidores efetivos que integram seus serviços auxiliares. Após estudos internos, concluiu-se pela necessidade de criação de novos cargos de Analistas do Ministério Público.

Considerando a autonomia assegurada ao Ministério Público pela Constituição da República de 1988, é correto afirmar que cabe ao Ministério Público:

- a) instituir diretamente, por ato do Procurador-Geral de Justiça, os cargos de Analista do MP;
- b) criar, mediante deliberação do Colégio de Procuradores, os novos cargos efetivos necessários ao seu funcionamento;
- c) autorizar a criação dos cargos por decisão do Conselho Superior do Ministério Público;
- d) propor ao Poder Legislativo a criação dos novos cargos efetivos de seu quadro auxiliar;
- e) propor ao Poder Executivo a criação dos novos cargos de seu quadro permanente.

39. O Município Gama, localizado no interior do Estado Delta, editou a Lei Municipal nº 456, que instituiu a cobrança de uma taxa sobre o uso de vias públicas por veículos de transporte de carga. A norma gerou grande controvérsia, pois diversos juristas apontaram que a lei municipal violaria dispositivos específicos da Constituição Federal, considerados como preceitos fundamentais. Diante disso, a Associação Nacional dos Transportadores de Carga (ANTC) – entidade de classe de âmbito nacional, preocupada com os impactos da norma, consultou sua assessoria jurídica sobre a possibilidade de questionar a constitucionalidade da referida lei.

A assessoria respondeu corretamente que:

- a) deve ser ajuizada uma ação direta de inconstitucionalidade perante o STF, pois a lei municipal viola a Constituição Federal.
 - b) deve ser ajuizada uma arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) perante o STF.
 - c) Não há controle concentrado de constitucionalidade de normas municipais em face da Constituição Federal.
 - d) o controle de constitucionalidade da norma deve ser realizado exclusivamente por meio do controle difuso, em casos concretos.
 - e) a ANTC não possui legitimidade para questionar a constitucionalidade da norma municipal, seja no STF ou no Tribunal de Justiça estadual.
-

40. Ana, mãe de um jovem diagnosticado com uma doença rara, buscou auxílio judicial para compelir o Sistema Único de Saúde (SUS) a fornecer um medicamento indispensável ao tratamento do seu filho, que não estava incluído nas listas de dispensação do SUS. Ela argumentou não ter condições financeiras para arcar com o custo do fármaco, o qual, segundo prescrição médica detalhada, era imprescindível. O laudo do médico de confiança da família apontava que tratamentos alternativos existentes eram ineficazes no caso específico do filho de Ana.

Ao analisar o pedido, o juiz verificou que o medicamento estava registrado na ANVISA, mas não havia sido incorporado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec).

O magistrado acabou por negar o fornecimento do medicamento.

Com base nesse cenário e no entendimento do STF sobre o fornecimento de medicamentos não incorporados pelo SUS, assinale a alternativa correta:

- a) A decisão foi correta, pois a ausência do medicamento nas listas de dispensação do SUS impede em qualquer situação o seu fornecimento judicial.
- b) É possível obter judicialmente um medicamento não incorporado às listas do SUS desde que cumulativamente demonstrados requisitos como a imprescindibilidade do fármaco, sua comprovação científica e segurança à luz da medicina baseada em evidências, além da incapacidade financeira do autor da ação.
- c) Ao negar o pedido, o juiz incorreu em erro, pois deveria ter deferido o fornecimento do medicamento exclusivamente com base na necessidade do paciente.
- d) o magistrado deveria ter concedido o medicamento em qualquer situação, mesmo que o medicamento não tivesse sido registrado na ANVISA, uma vez que o direito à saúde deve ser sempre privilegiado.

- e) A decisão contraria o Supremo Tribunal Federal, pois a falta de inclusão do medicamento nas listas do SUS não impede automaticamente o fornecimento judicial, bastando o registro na ANVISA como único requisito necessário.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

41. Um prefeito municipal, visando a agradar sua base eleitoral, determinou o início de uma grande obra de pavimentação, liberando o pagamento para a construtora contratada sem a devida conclusão do projeto básico e sem a necessária licença ambiental. A obra, mal planejada, acabou gerando um custo 50% superior ao previsto e causou assoreamento de um rio próximo. O Ministério Público ajuizou ação de improbidade.

Para que o prefeito seja condenado por ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, nos termos da Lei nº 8.429/1992 (com as alterações da Lei nº 14.230/2021), é necessária a comprovação:

- a) da mera ilegalidade do ato, sendo o prejuízo presumido.
 - b) da conduta culposa do prefeito, caracterizada pela negligência.
 - c) de dolo específico, ou seja, da vontade livre e consciente de causar o dano ao patrimônio público.
 - d) do dano ao erário, ainda que a conduta do prefeito tenha sido meramente culposa.
 - e) de que o prefeito obteve enriquecimento ilícito direto com a sua conduta.
-

42. Um administrado, insatisfeito com a demora na tramitação de seu processo, registrou uma reclamação na ouvidoria de determinado órgão estadual.

De acordo com a Lei nº 13.460/2017, qual é o prazo máximo que a ouvidoria tem para apresentar uma resposta conclusiva à manifestação do usuário?

- a) 10 dias, prorrogável uma única vez por igual período.
- b) 15 dias, improrrogáveis.
- c) 20 dias, prorrogável por mais 10 dias, mediante justificativa.
- d) 30 dias, prorrogável uma única vez por igual período, mediante justificativa expressa.
- e) 45 dias, devido à complexidade da matéria judiciária.

43. A empresa "Construções Firmes Ltda.", contratada por determinado órgão estadual para a reforma de um de seus prédios, abandonou a obra pela metade, causando graves transtornos e prejuízos ao erário. Após o devido processo administrativo, no qual foi assegurado o contraditório e a ampla defesa, a Administração Pública do órgão decidiu aplicar uma sanção à empresa.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a sanção que consiste na proibição de contratar com a Administração Pública por um período máximo de 3 anos é denominada:

- a) advertência.
- b) multa.
- c) impedimento de licitar e contratar.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- e) suspensão temporária de participação em licitação.

44. Carlos trafegava com sua motocicleta por uma movimentada avenida na cidade de São Paulo quando, subitamente, caiu em um grande buraco não sinalizado na via pública, sofrendo graves lesões e danos materiais em seu veículo. A manutenção da via era de responsabilidade do Município. Carlos pretende ser indenizado pelo prejuízo sofrido.

Considerando o cenário e a jurisprudência do STF sobre responsabilidade civil do Estado por omissão, assinale a alternativa correta.

- a) A responsabilidade do Estado é sempre objetiva, independentemente de se tratar de ação ou omissão.
 - b) A responsabilidade do Estado por omissão é subjetiva, como regra, exigindo que Carlos comprove que o dano decorreu diretamente da negligência do poder público em seu dever de agir.
 - c) Não há responsabilidade do Estado, pois a existência de buracos em vias públicas é um mero aborrecimento, não gerando dano indenizável.
 - d) A responsabilidade é do condutor, Carlos, por não ter tido a devida atenção ao trafegar na via, configurando culpa exclusiva da vítima.
 - e) A responsabilidade do Estado é objetiva, mas exige a comprovação do dolo específico do agente público responsável pela manutenção da via.
-

45. Durante a condução de uma licitação na modalidade pregão para aquisição de computadores para uma entidade estadual, após a fase de apresentação de propostas e lances, o pregoeiro passou diretamente para a análise e julgamento da proposta de menor preço. Um dos licitantes, que teve sua proposta classificada em segundo lugar, insurgiu-se, alegando que o pregoeiro deveria, primeiramente, ter verificado os documentos de habilitação de todos os concorrentes.

De acordo com o rito procedimental comum estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, a conduta do pregoeiro foi:

- a) incorreta, pois a fase de habilitação deve sempre anteceder a de julgamento das propostas.
- b) correta, pois a lei estabelece como regra que a fase de julgamento antecede a de habilitação.
- c) incorreta, pois, embora a lei preveja a inversão de fases, tal procedimento é facultativo e deve estar expressamente justificado no edital.
- d) correta, mas apenas porque se trata de um pregão, única modalidade que permite a inversão de fases.
- e) incorreta, pois a habilitação e o julgamento devem ocorrer de forma simultânea para garantir a isonomia.

46. Durante a pandemia de Covid-19, o órgão Alfa precisou coletar dados de temperatura e questionários de saúde de todos que ingressavam em seus prédios, para evitar a propagação do vírus. A finalidade era estritamente sanitária.

A base legal da LGPD que melhor ampara esse tratamento de dados de saúde para a finalidade descrita é a:

- a) tutela da saúde.
- b) execução de políticas públicas.
- c) proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.
- d) prevenção à fraude.
- e) legítimo interesse do controlador.

47. O Presidente da Autarquia Beta proferiu uma decisão em um processo administrativo, indeferindo um pedido de um servidor. Na decisão, constava apenas a frase: "Indefiro o pedido, por falta de amparo legal". O servidor, sentindo-se prejudicado, quer recorrer alegando vício no ato.

De acordo com a Lei nº 9.784/1999, a decisão do Presidente padece, em tese, de vício de:

- a) competência, pois o Presidente não poderia decidir sobre o pedido.
- b) finalidade, pois a decisão visou a prejudicar o servidor.
- c) forma, pois a justificativa apresentada é insuficiente.
- d) motivo, pois o fundamento da decisão é ilegal.
- e) objeto, pois o conteúdo da decisão é ilícito.

48. Antenor afirmou que a classificação de informação, em qualquer grau de sigilo, deverá ser formalizada em decisão que contenha, no mínimo, os seguintes elementos, EXCETO:

- a) indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final.
- b) identificação da autoridade que a classificou.
- c) assunto sobre o qual versa a informação.
- d) fundamento da classificação.
- e) gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS*Douglas Schneider*

49. O ciclo das políticas públicas descreve as etapas interligadas que orientam a ação do Estado desde o surgimento de um problema até a avaliação de seus resultados. Considerando essa estrutura, assinale a alternativa que apresenta corretamente a fase em que o governo transforma decisões em ações concretas, mobilizando recursos, instituições e atores para atingir os objetivos definidos.

- a) Construção da agenda.
- b) Formulação.
- c) Implementação.
- d) Avaliação.
- e) Processo decisório.

50. No ciclo de políticas públicas, a avaliação *ex ante* tem como objetivo principal antecipar consequências e impactos das propostas antes da implementação. Considerando o guia “Guia Prático de Análise Ex Ante de Políticas Públicas” da Casa Civil da Presidência da República, assinale a alternativa que caracteriza corretamente uma análise *ex ante*:

- a) A análise que precede a implementação e envolve estimativa de custos e benefícios, bem como identificação de objetivos, público-alvo e resultados esperados.
- b) A análise que sucede a implementação e avalia somente os efeitos sociais após o término da política.
- c) A análise que se realiza durante a execução da política para verificar cumprimento de metas físicas e orçamentárias.
- d) A análise voltada exclusivamente ao monitoramento de indicadores de curto prazo, sem estimativa de impacto futuro.
- e) A análise que se dedica apenas à verificação de legalidade dos atos normativos relacionados à política pública.

51. De acordo com o Guia Prático de Análise Ex Post da Casa Civil, a avaliação *ex post* busca julgar o mérito e o valor de uma política após sua execução, podendo subsidiar decisões de manter, redirecionar, ampliar ou descontinuar a intervenção. Entre os elementos metodológicos recomendados, assinale a alternativa correta.

- a) A avaliação *ex post* concentra-se em estimar custos e benefícios antes da implementação, definindo alternativas de desenho.
- b) A avaliação *ex post* deve, quando pertinente, estimar efeitos/impacto por meio de contrafactuais ou estratégias de comparação adequadas, apoiando inferências causais sobre resultados.
- c) A avaliação *ex post* limita-se ao monitoramento de insumos e produtos, sem examinar resultados ou impactos.
- d) A avaliação *ex post* deve ser conduzida exclusivamente pelo órgão executor da política, para garantir aderência ao desenho implementado.
- e) A avaliação *ex post* dispensa a análise da implementação, focando apenas impactos de longo prazo.

52. Os processos participativos de gestão pública ampliam a legitimidade e a transparência das decisões governamentais, ao incluir cidadãos e organizações da sociedade civil na formulação, execução e controle das políticas públicas. Considerando esses mecanismos, assinale a alternativa que expressa corretamente o papel dos conselhos de gestão e do orçamento participativo na administração pública.

- a) Os conselhos de gestão têm natureza consultiva e substituem o papel do Legislativo na deliberação de políticas públicas.
- b) O orçamento participativo é um instrumento de gestão orçamentária que permite a definição direta de toda a alocação de recursos públicos pela população.
- c) Os conselhos de gestão e o orçamento participativo são exemplos de mecanismos de democracia participativa que complementam, mas não substituem, as instâncias representativas.
- d) As parcerias entre governo e sociedade restringem-se a organizações com fins lucrativos devidamente registradas.
- e) Os conselhos de gestão operam de forma independente do Estado, não havendo representação governamental em sua composição.

53. As diferentes formas de intermediação de interesses revelam como o Estado se relaciona com grupos sociais organizados e com a sociedade civil. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- a) O clientelismo caracteriza-se pela participação institucionalizada de grupos de interesse na formulação de políticas públicas, mediante regras formais e representatividade equilibrada.
- b) O corporativismo é uma forma de intermediação marcada por relações pessoais e informais, baseadas em troca de favores e lealdades individuais.
- c) O neocorporativismo distingue-se do corporativismo clássico por adotar mecanismos de negociação formal entre Estado e grupos de

interesse, mantendo, porém, a exclusão da sociedade civil do processo decisório.

- d) O clientelismo enfraquece a impessoalidade administrativa, pois as relações políticas se baseiam na troca de benefícios individuais em detrimento do interesse público.
- e) O corporativismo, em sua versão clássica, pressupõe a ausência total de intervenção estatal nas relações entre grupos de interesse.

54. A corrupção representa um obstáculo à boa governança e compromete a efetividade das políticas públicas. Diversos fatores institucionais e organizacionais podem aumentar ou reduzir sua incidência. Considerando o tema, assinale a alternativa correta.

- a) A baixa transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle social estão associadas à redução dos riscos de corrupção, pois diminuem a exposição das ações governamentais.
 - b) A excessiva fragmentação institucional e a sobreposição de competências entre órgãos de controle fortalecem a coordenação e a responsabilização administrativa.
 - c) A existência de marcos legais claros, controle interno efetivo e participação social ativa contribui para reduzir oportunidades de corrupção e aumentar a qualidade das políticas públicas.
 - d) A ausência de integração entre sistemas de informação governamentais favorece a rastreabilidade de recursos e a prevenção de fraudes.
 - e) O sigilo generalizado sobre processos decisórios é um mecanismo eficaz de proteção contra práticas corruptas, ao evitar interferências externas.
-

**LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DA CGE-SP E
MECANISMOS DE INTEGRIDADE***Giulian Salvador*

55. Durante apuração sobre o uso de verbas públicas em programas sociais, o Governador solicitou que a Controladoria Geral do Estado elaborasse um relatório técnico que verificasse a execução orçamentária dos programas e emitisse recomendações para o aperfeiçoamento dos controles internos. O Controlador Geral designou a Auditoria Geral do Estado para conduzir o trabalho.

À luz do Decreto nº 69.183/2024, é correto afirmar que a atribuição de elaborar tal relatório cabe à Auditoria Geral do Estado, porque envolve:

- a) o fomento à cultura de integridade, transparência e boas práticas de governança, típica da Subsecretaria de Integridade Pública e Privada.
- b) a proposição de medidas de ética pública e promoção de integridade nas entidades estaduais, competência da Subsecretaria de Integridade Pública e Privada.
- c) a auditoria da execução e dos resultados dos programas de governo e a emissão de recomendações para o aperfeiçoamento da governança e dos controles internos.
- d) o apoio aos órgãos estaduais na promoção da transparência e gestão de riscos, função atribuída à Subsecretaria de Integridade Pública e Privada.
- e) o fomento à participação social e à implementação de práticas de governo aberto, previstas como competência da Subsecretaria de Integridade Pública e Privada.

56. A Controladoria Geral do Estado de São Paulo determinou que todos os órgãos da Administração direta e autárquica revisassem seus Planos de Dados Abertos, de modo a ampliar a divulgação das informações públicas em formato aberto, processável por máquina e referenciado na internet. Durante o processo, a Secretaria de Cultura argumentou que poderia reter dados relativos à execução orçamentária de convênios culturais, por envolver contratos com pessoas físicas e dados de remuneração de artistas.

Considerando o Decreto nº 68.769/2024, é correto afirmar que:

- a) A Secretaria tem razão, pois toda base de dados que contenha informação pessoal, ainda que parcialmente, está integralmente protegida por sigilo e não pode ser aberta.
- b) A Secretaria tem razão, porque a publicação de informações sobre remuneração de pessoas físicas fere o princípio da intimidade e deve ser previamente autorizada pela Controladoria Geral do Estado.
- c) A divulgação desses dados só é permitida mediante consentimento expresso dos titulares, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados, sendo vedada sua publicação como dado aberto.
- d) A Controladoria não pode interferir nos critérios de abertura, uma vez que compete exclusivamente à Secretaria de Gestão e Governo Digital definir o conteúdo das bases de dados a publicar.
- e) Os dados podem e devem ser abertos, desde que se respeite o sigilo apenas das informações protegidas por lei, garantindo-se a transparência das partes não alcançadas pela proteção.

**LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DA CGE-SP E
MECANISMOS DE INTEGRIDADE***Elder Loureiro*

57. André, Procurador Geral do Estado de São Paulo, explicou que o Comitê de Governança Estadual, instituído pelo Decreto 68.159/2023, teria como finalidade assessorar o Governador do Estado de São Paulo, Bernardo, na condução da política de governança da Administração Pública direta e autárquica. Elucidou, ainda, que as reuniões ordinárias seriam realizadas trimestralmente, com quórum de maioria simples para serem iniciadas e de maioria absoluta para as suas deliberações serem aprovadas, e delas poderiam ser convidados a participar, sem direito a voto, representantes de outros órgãos e entidades. Bernardo, então, esclareceu que uma das orientações lhe teria sido transmitida de modo equivocado:

- a) Finalidade do Comitê de Governança Estadual.
- b) Participação de representantes de outros órgãos e entidades nas reuniões ordinárias.
- c) Frequência das reuniões ordinárias.
- d) Quórum para início das reuniões ordinárias.
- e) Quórum para aprovação das deliberações das reuniões ordinárias.

58. Claudio instaurou apuração preliminar contra Danilo por delegação de competência de Eduardo, que era a autoridade competente para instauração do procedimento disciplinar respectivo, sem que ocorresse a publicação do ato de instauração. A apuração preliminar foi conduzida por Fabrício, empregado público em estágio probatório, e durou cerca de 1 (um) ano, com a autorização de Gilberto, autoridade máxima do órgão em que o procedimento estava em curso. Tão logo encerrada a condução, Fabrício emitiu relatório conclusivo e o encaminhou para Eduardo para decisão. Gilberto, então, esclareceu que, consoante o Decreto nº 69.122/2024 do Estado de São Paulo, houve um erro quanto:

- a) a Fabrício ser o responsável pela apuração preliminar;
- b) à duração da apuração preliminar;
- c) a Claudio ter instaurado a apuração preliminar;
- d) à não publicação do ato de instauração da apuração preliminar;
- e) ao encaminhamento do relatório conclusivo a Eduardo para decisão.

59. Helena praticou ato lesivo contra a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e Isabela, a autoridade máxima do órgão, foi omissa. Nesse caso, a competência para a instauração e julgamento do processo administrativo de responsabilização, consoante o Decreto nº 69.588/2025 do Estado de São Paulo, é:

- a) Concorrente da Isabela e da Controladoria Geral do Estado, admitida delegação e vedada subdelegação.
- b) Exclusiva da Isabela, vedada delegação.
- c) Exclusiva da Controladoria Geral do Estado.
- d) Exclusiva da Isabela, admitida delegação e vedada subdelegação.
- e) Concorrente da Isabela e da Controladoria Geral do Estado, vedada delegação.

60. Jessica, ao lecionar sobre os objetivos do Código de Ética, de que trata o Decreto nº 69.328/2025 do Estado de São Paulo, explicou que, além de estabelecer e disseminar princípios éticos, o Código norteava a conduta dos agentes públicos e visava ao fomento da cultura de integridade na Administração Pública estadual (APE), ao incremento da qualidade dos serviços prestados à APE e ao aumento da confiança da população nos órgãos e entidades da APE. Katia observou que um dos objetivos previstos no Código de Ética não teria sido adequadamente explicado por Jessica, sinalizando que seria o objetivo relativo a:

- a) Estabelecer e disseminar princípios.
- b) Nortear a conduta.
- c) Fomentar a cultura de integridade.
- d) Incrementar a qualidade dos serviços prestados.
- e) Aumentar a confiança da população.

MÓDULO II

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR - TÓPICOS: 4, 5.1, 5.2, 5.6

Herbert Almeida

61. João protocolou um requerimento perante a Administração Pública do Estado de São Paulo e, após 100 dias, ainda não obteve uma decisão final. A complexidade da questão envolvida no processo impede que a autoridade competente profira uma decisão dentro do prazo legal. Com base na Lei nº 10.177/1998, assinale a alternativa correta:

- a) O prazo máximo para a decisão final de requerimentos de qualquer espécie é de 20 dias, sendo o prazo de 120 dias aplicável apenas para recursos.
- b) Ultrapassado o prazo sem decisão, o interessado poderá considerar rejeitado o requerimento na esfera administrativa, ficando a autoridade, desde logo, isenta do dever de apreciar o requerimento.

- c) O prazo para elaboração e apresentação de pareceres jurídicos é de 20 dias, sendo admitida uma prorrogação de mais 10 dias, independentemente de deslocamento do agente para localidade diversa daquela onde tem sua sede de exercício;
- d) O prazo máximo para a decisão de requerimentos é de 120 dias, se outro não for legalmente estabelecido, e a sua inobservância permite ao interessado considerar o requerimento rejeitado na esfera administrativa.
- e) O prazo para manifestações do particular ou providências a seu cargo é de 5 dias, prorrogável uma única vez por igual período pela autoridade superior.

62. Em um processo administrativo estadual, a autoridade responsável pela instrução entende que as provas apresentadas pelo interessado são insuficientes para a tomada da decisão, e, por isso, determina a realização de diligências adicionais e a juntada de novos documentos, mesmo após o encerramento da fase probatória inicial. A atuação da autoridade administrativa em buscar ativamente os fatos que efetivamente ocorreram, sem se restringir às alegações e provas das partes, é justificada pelo princípio do(a):

- a) segurança jurídica, que impede a aplicação retroativa de nova interpretação.
- b) informalismo, que afasta a exigência de formas rígidas e permite a flexibilização procedimental.
- c) verdade material, que permite à Administração buscar aquilo que é realmente a verdade dos fatos.
- d) razoabilidade, que impede a aplicação de restrições ou sanções exageradas pela Administração.
- e) lealdade e boa-fé, que exige que a Administração atue de maneira sincera e ética.

63. A Administração Pública estadual, no exercício da sua autotutela, identifica um ato administrativo inválido que produziu efeitos e está em vigor há quatro anos. O vício no ato decorreu de omissão de formalidade essencial e causou prejuízo a um particular. Com base na Lei nº 10.177/1998, no que tange à anulação de atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) O ato deve ser anulado, de ofício ou por provocação de pessoa interessada, visto que a irregularidade resultou em prejuízo a terceiro.
- b) O ato não pode ser anulado, pois a Administração está impedida de anular seus atos quando o vício for passível de convalidação.
- c) A Administração só poderá anular o ato se a invalidação decorrer de vício de competência, pois a omissão de formalidades essenciais não está prevista em lei como razão de invalidade.
- d) A anulação do ato administrativo somente seria inviável após o decurso do prazo de dez anos.
- e) A anulação só poderá ocorrer por provocação de pessoa interessada, pois o prazo para a anulação de ofício já se exauriu.

64. Uma grande empresa de engenharia foi envolvida em um esquema de fraude a licitações em um órgão público federal. Durante o Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), a comissão processante apurou que o ato lesivo foi praticado em benefício exclusivo da pessoa jurídica. Os administradores da empresa alegam que a responsabilidade da pessoa jurídica só poderia ser aplicada mediante a comprovação de dolo ou culpa de seus dirigentes, o que não foi demonstrado. Com base na Lei nº 12.846/2013, sobre a responsabilização por atos lesivos contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) A responsabilidade da pessoa jurídica depende da comprovação de que o ato foi praticado com dolo ou culpa de seus dirigentes ou administradores, pois a lei exige o elemento subjetivo.
- b) A responsabilização da pessoa jurídica é objetiva, mas exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes, visto que a lei prioriza a punição da entidade.
- c) A responsabilização da pessoa jurídica é objetiva, sendo aplicada independentemente de dolo ou culpa, enquanto a responsabilidade de seus dirigentes é subjetiva, na medida de sua culpabilidade.
- d) O tratamento da Lei Anticorrupção exige a responsabilização subjetiva tanto da pessoa jurídica quanto de seus dirigentes, em consonância com o que estabelece a Constituição Federal para a responsabilidade civil do Estado.
- e) A responsabilização da pessoa jurídica somente pode ocorrer no âmbito civil, devendo a punição administrativa ser dirigida aos dirigentes ou administradores, responsáveis pelos atos.

65. Após a instauração de um processo administrativo de responsabilização (PAR), a sociedade empresária Gama propõe formalizar um acordo de leniência com a Administração Pública, colaborando efetivamente com as investigações, identificando demais envolvidos e obtendo informações que comprovam a infração. O acordo foi formalizado e integralmente cumprido pela sociedade. Nesse cenário, e considerando os benefícios expressos na Lei nº 12.846/2013, o cumprimento do acordo de leniência garantirá à pessoa jurídica signatária:

- a) A isenção total da obrigação de reparar integralmente o dano causado, visto que a colaboração da empresa já compensou o prejuízo à Administração.
- b) A redução do valor final da multa aplicável em até 2/3 (dois terços), além da isenção da publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora.
- c) A isenção total da aplicação de todas as sanções administrativas previstas na lei, incluindo a multa e a publicação extraordinária.
- d) A proibição de celebrar novo acordo de leniência pelo prazo de três anos, em razão do reconhecimento da prática do ato lesivo investigado.
- e) A extinção da ação de improbidade administrativa contra seus administradores, desde que tenham firmado o acordo em conjunto com a pessoa jurídica.

66. A pessoa jurídica "X Tecnologia" foi condenada no âmbito administrativo pela prática de ato lesivo contra a Administração Pública, após ter obtido vantagem indevida de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) mediante fraude em um contrato. O faturamento bruto da empresa no último exercício anterior à instauração do processo foi de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Sobre as sanções aplicáveis à pessoa jurídica no âmbito administrativo, e a obrigação de reparação do dano, assinale a alternativa correta.

- a) A única sanção administrativa aplicável é a multa, que deverá ser calculada no valor de 0,1% a 20% do faturamento bruto, não podendo ser inferior a R\$ 6.000,00.
 - b) As sanções de multa e publicação extraordinária da decisão condenatória são aplicáveis de forma isolada, não se admitindo a sua aplicação cumulativa.
 - c) A multa a ser aplicada à "X Tecnologia" deverá respeitar o limite máximo de 20% do faturamento bruto, mas, em qualquer caso, nunca poderá ser inferior à vantagem auferida de R\$ 500.000,00.
 - d) A aplicação das sanções administrativas exime a pessoa jurídica da obrigação de reparação integral do dano causado, desde que o valor da multa seja superior ao dano.
 - e) Caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto, o limite máximo da multa será de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).
-

67. Um ex-servidor público, que se aposentou antes da conclusão do processo judicial de improbidade administrativa, foi condenado, com trânsito em julgado, à sanção de perda da função pública por ato ímprobo. O juízo da condenação está avaliando a forma de dar efetividade à sanção imposta ao ex-servidor. De acordo com o entendimento dos tribunais superiores sobre a aplicação das sanções da Lei nº 8.429/1992, em casos de aposentadoria prévia, assinale a alternativa correta.

- a) A perda da função pública não pode ser aplicada ao servidor aposentado, pois a Lei de Improbidade Administrativa não prevê expressamente a cassação da aposentadoria como sanção, o que violaria o princípio da legalidade.
- b) A sanção de perda da função pública não pode ser convertida em cassação de aposentadoria, uma vez que o benefício previdenciário possui natureza contributiva e solidária, oponível a qualquer sanção funcional.
- c) O Superior Tribunal de Justiça (STJ) considera a cassação da aposentadoria uma forma de confisco e enriquecimento ilícito do Estado, inadmissível mesmo que o servidor tenha se aposentado após a instauração do processo.
- d) O STF considera a penalidade de perda da função pública incompatível com o regime próprio de previdência dos servidores, devendo ser aplicada apenas a multa civil e a suspensão dos direitos políticos.
- e) A cassação da aposentadoria de servidor público, como consequência da perda da função pública por ato de improbidade administrativa, é admissível mesmo sem previsão expressa na Lei de Improbidade Administrativa, não configurando confisco ou enriquecimento ilícito do Estado..

68. A sociedade empresária Alfa está sendo investigada pela Defensoria Pública e pelo Ministério Público por supostamente ter cometido ato de improbidade administrativa, em conjunto com um agente público. Os indícios também indicam a possibilidade de a entidade ter cometido ato lesivo à administração pública, na forma da Lei 12.846/2013. Após as apurações iniciais, a Defensoria Pública e o Ministério Público pretendem, cada um, propor as ações cabíveis. Sobre o tema, marque a opção correta.

- a) A Defensoria Pública goza de legitimidade ativa para propor a ação de improbidade administrativa.
 - b) Por expressa previsão legal, não se pode propor uma ação civil com base simultaneamente na Lei de Improbidade e na Lei Anticorrupção.
 - c) Somente o Ministério Público goza de legitimidade ativa para propor ação de improbidade.
 - d) A Lei de Improbidade não admite a responsabilidade de pessoa jurídica, uma vez que é norma destinada à aplicação de sanções contra pessoas físicas.
 - e) A utilização conjunta da Lei de Improbidade Administrativa e da Lei Anticorrupção para fundamentar uma mesma ação civil não configura, por si só, violação ao princípio do *non bis in idem*.
-

69. Um Prefeito Municipal, por negligência (culpa), realiza uma despesa pública sem a observância das formalidades legais, o que, embora não tenha gerado qualquer perda patrimonial efetiva para o erário, foi considerado um vício grave no procedimento. Em relação à configuração do ato de improbidade que causa lesão ao erário, conforme a Lei nº 8.429/92, após as alterações de 2021, é correto afirmar que:

- a) A configuração do ato que causa lesão ao erário exige a comprovação da ocorrência de dano (prejuízo) efetivo e a presença de dolo na conduta do agente.
- b) A lesão ao erário exige a demonstração de dolo na conduta do agente, mas o dano patrimonial efetivo (prejuízo) é prescindível para a sua configuração.
- c) O ato de improbidade por lesão ao erário resta configurado pela simples violação da formalidade legal, pois o dano é presumido nos casos de despesa pública irregular.
- d) A conduta culposa do agente que resulte em lesão ao erário ainda é passível de responsabilização por improbidade, devendo o juiz aplicar a sanção de multa civil.
- e) A ilegalidade da despesa pública, ainda que por negligência, é suficiente para configurar o ato de improbidade, mesmo que não haja perda patrimonial.

70. Em sede de ação de improbidade administrativa, o juiz, ao dosar as sanções aplicáveis ao agente público condenado, deve observar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Sobre os parâmetros que o juiz deve levar em consideração ao aplicar as penalidades previstas na Lei nº 8.429/92, assinale a alternativa correta.

- a) A única penalidade que o juiz pode deixar de aplicar, de forma isolada, é a multa civil, devendo as demais serem aplicadas cumulativamente.
- b) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só serão aplicadas se houver

comprovada má-fé do agente e enriquecimento ilícito.

- c) A vedação de contratação com o poder público e de recebimento de benefícios ou incentivos fiscais deve ser aplicada pelo prazo máximo de oito anos.
- d) O juiz deve levar em conta a extensão do dano causado, a gravidade da conduta, a vantagem patrimonial obtida e os antecedentes do agente.
- e) O ressarcimento integral do dano somente será afastado quando a multa aplicada corresponder ao dobro do prejuízo causado ao erário.

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR - TÓPICOS: 5, 5.3, 5.4, 5.5

Antônio Pequeno

71. Um agente público foi condenado pelo crime de abuso de autoridade e a pena privativa de liberdade foi substituída por uma pena restritiva de direito.

De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, assinale a alternativa que apresenta uma pena restritiva de direito de acordo com a lei mencionada.

- a) Reclusão.
- b) Prisão simples.
- c) Detenção.
- d) Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.
- e) Limitação de fim de semana.

72. Um agente público do Tribunal de Contas de SP praticou um crime de abuso de autoridade. Com base na Lei nº 13.869/2019, marque a alternativa incorreta.

- a) Os crimes previstos nesta lei só cabem na forma dolosa.
- b) A ação penal é pública incondicionada.
- c) A perda do cargo, mandato ou função pública é um dos efeitos da condenação.
- d) Na lei, não há previsão de penas restritivas de direitos.
- e) A pena privativa de liberdade para os crimes de abuso de autoridade é a pena de detenção.

73. Relativamente aos crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), é correto afirmar que:

- a) constitui crime de abuso de autoridade o cumprimento de mandado de busca domiciliar após as 21h e antes das 05h.
- b) constitui efeito da condenação a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública pelo período de vinte anos.
- c) a ação penal será pública condicionada à requisição do ofendido.
- d) a suspensão condicional do processo é vedada nos crimes de abuso de autoridade.
- e) constitui crime de abuso de autoridade o responsável pelas investigações divulgar a atribuição de culpa, mesmo após concluídas as apurações e formalizada a acusação.

74. Um agente público, no exercício de suas funções, praticou um crime de abuso de autoridade, entretanto, em âmbito criminal foi absolvido pela excludente de ilicitude do estrito cumprimento do dever legal. Com base nessa situação hipotética e de acordo com a Lei nº 13.869/2019, a sentença absolutória:

- a) faz coisa Julgada apenas no âmbito civil.
- b) faz coisa Julgada apenas no âmbito administrativo-disciplinar
- c) não faz coisa julgada.
- d) faz coisa Julgada no âmbito civil e no administrativo-disciplinar
- e) só tem efeito em âmbito penal.

75. Segundo os dispositivos da Lei nº 13.869/2019, que define os crimes de abuso de autoridade, acerca dos efeitos da condenação e das penas restritivas de direitos, assinale a afirmativa correta.

- a) As penas restritivas de direitos podem ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.
 - b) Deve o Juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor máximo para reparação dos danos causados pelo crime, considerando o caráter punitivo da obrigação de indenizar.
 - c) A perda do cargo, do mandato ou da função pública decorre automaticamente da condenação por crime de abuso de autoridade.
 - d) Em caso de reincidência em crime de abuso de autoridade, é prevista pena de inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 2 (dois) a 8 (oito) anos.
 - e) O sujeito ativo do crime de abuso de autoridade poderá ser condenado à pena restritiva de direitos cumulada com a privativa de liberdade.
-

76. Carlos, envolvido com uma organização criminosa direcionada à prática de lavagem de dinheiro, resolve fazer uma colaboração premiada. Com base na Lei nº 9.613/1998, ela poderá receber como prêmio, caso tenha efeito a colaboração, o (s) seguinte (s) benefício (s):

- a) Perdão judicial, apenas.
- b) Redução de pena, apenas.
- c) Mudança de regime de cumprimento de pena, apenas.
- d) Prisão domiciliar no caso de condenação.
- e) A pena poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto, facultando-se ao juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la, a qualquer tempo, por pena restritiva de direitos, se colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime.

77. De acordo com a doutrina, marque a ordem correta das fases da Lavagem de capitais:

- a) Integração, colocação e dissimulação.
- b) Integração, dissimulação e colocação.
- c) Dissimulação, integração e colocação.
- d) Colocação, dissimulação e a integração.
- e) Colocação, integração e dissimulação.

78. Um agente público, valendo de suas funções, foi condenado pelo crime de organização criminosa. Com base nessa situação hipotética, quando ocorrer o trânsito em julgado da condenação, o que poderá ser acarretado para o agente público como efeito da condenação?

- a) a perda do cargo, função, emprego ou mandato eletivo e a interdição para o exercício de função ou cargo público pelo prazo de 8 (oito) anos subsequentes ao cumprimento da pena.

b) pena privativa de liberdade.

c) pena de multa.

d) pena de detenção.

e) apenas a interdição.

79. Quanto à Lei de Organização Criminosa, Lei nº 12.850/2013, marque a alternativa correta:

- a) O crime de Organização criminosa é um crime monossubjetivo.
- b) O conceito de organização criminosa não é previsto na Lei 12.850/2013.
- c) Caso um servidor seja condenado pela prática de organização criminosa perderá o cargo de forma automática.
- d) O crime de Organização criminosa só pode ser configurado se a intenção dos agentes for de obtenção de vantagem econômica
- e) A participação de criança ou adolescente na organização criminosa não aumenta a pena.

80. Determinada conduta configurará organização criminosa somente se

- a) o objetivo exclusivo dos agentes for o de obter vantagem de natureza patrimonial.
 - b) a associação for ordenada para a prática da infração, ainda que inexistente a divisão de tarefas entre os agentes
 - c) os agentes cometerem infrações sujeitas a pena de reclusão.
 - d) houver escalonamento hierárquico entre os agentes.
 - e) estiverem associadas, no mínimo, três pessoas.
-

DIREITO CIVIL*Mário Godoy*

81. Maria, com 16 anos, pessoa com deficiência mental, engravidou do seu marido e, pouco tempo depois, veio a perdê-lo em um acidente de trânsito. Agora, pretende regularizar a sua situação sucessória e a do seu filho, ainda não nascido.

Com relação à condição jurídica de Maria e do seu filho, assinale a alternativa correta.

- a) Maria, em razão da idade, é considerada relativamente incapaz.
- b) Maria conta com plena capacidade de direito, embora não tenha adquirido a capacidade de fato.
- c) A deficiência mental, em tese, interfere na atribuição de plena capacidade civil a Maria.
- d) O filho de Maria não tem personalidade, embora sejam-lhe assegurados todos os direitos sucessórios em razão da morte do pai.
- e) Os direitos sucessórios do filho de Maria somente serão reconhecidos após o seu nascimento com vida.

82. Paulo, médico, mora na cidade de São Paulo, e atua em um consultório situado na cidade de Santos, onde passa metade da semana. Em alguns finais de semana, viaja para Campos do Jordão, onde possui uma chácara. Recentemente, celebrou um contrato de prestação de serviços com Renato, escolhendo como foro de eleição a comarca de Ribeirão Preto.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) O domicílio de Paulo, para todos os fins, é a cidade de São Paulo.
- b) Santos não é considerado domicílio de Paulo.
- c) Campos do Jordão é a residência de Paulo nos finais de semana que ele passa na chácara que possui nesta cidade.
- d) Paulo conta com pluralidade de domicílios: a cidade de São Paulo, Santos e Campos do Jordão

e) Ribeirão Preto não se considera domicílio de Paulo para nenhum fim.

83. De acordo com art. 426 do Código Civil, não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva. Assim, o filho que vier a celebrar um contrato de compra e venda, tendo por objeto um imóvel pertencente ao pai, ainda vivo, terá firmado um negócio jurídico:

- a) Válido, porém ineficaz.
- b) Nulo, e portanto, ineficaz.
- c) Anulável, e portanto, eficaz até a sentença.
- d) Inexistente, e portanto, ineficaz.
- e) Sujeito à possibilidade de confirmação, após a morte do pai.

84. Roberto, locatário de um imóvel pertencente a Beatriz, deixou de pagar o aluguel de novembro de 2020. Poucos dias após o vencimento, Beatriz o procurou para cobrar-lhe o valor devido, quando foi surpreendida ao descobrir que Roberto evadiu-se do imóvel. No mês de fevereiro de 2022, Beatriz efetivou o protesto cambial do título referente ao aluguel em atraso. Em outubro de 2022, Beatriz veio a falecer.

Com relação ao prazo prescricional, assinale a alternativa correta.

- a) Prescreve em 5 anos a pretensão relativa ao aluguel devido.
- b) O prazo prescricional foi suspenso a partir do protesto.
- c) A morte de Beatriz interrompeu a contagem da prescrição.
- d) A prescrição do aluguel ocorreu em novembro de 2024.
- e) A prescrição do aluguel ocorreu em fevereiro de 2025.

85. Henrique contraiu uma dívida de R\$ 50 mil junto ao Banco Crédito Fácil, com vencimento em dez meses. Ocorre que, alguns meses antes de o débito vencer, Caetano dirigiu-se ao Banco Crédito Fácil e se propôs a suceder Henrique no débito. O Banco aceitou a proposta, ficando Henrique quite com a instituição.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) Trata-se de uma dação em pagamento.
- b) Trata-se de uma remissão de dívida.
- c) A substituição de Henrique por Caetano pode ser feita independentemente do consentimento de Henrique.
- d) A substituição de Henrique por Caetano não extingue os acessórios e garantias da dívida.
- e) Se Caetano for insolvente, o Banco Crédito Fácil terá ação regressiva contra Henrique.

86. Clara contraiu uma dívida de R\$ 4 mil junto à sua amiga, Simone. O contrato foi realizado verbalmente, não se tendo estipulado termo de vencimento. Ocorre que, passados três meses, Simone exigiu que Clara viesse a pagar o débito.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) Clara não se pode considerar em mora, pois o contrato não fixou prazo para pagamento.
- b) Clara estará em mora trinta dias após contrair o débito.
- c) Clara estará em mora sessenta dias após contrair o débito.
- d) Clara estará em mora a partir de sua interpelação, que pode se dar judicial ou extrajudicialmente.
- e) Clara estará em mora com o trânsito em julgado da sentença que a condenar ao pagamento do débito.

87. Marcelo celebrou contrato preliminar de compra e venda, sem cláusula de arrendimento, tendo por objeto um imóvel pertencente a Josias. No

contrato, Marcelo reservou-se a faculdade de indicar um terceiro que poderia adquirir os direitos e assumir as obrigações dele decorrentes.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) O contrato preliminar deve observar a mesma forma do contrato definitivo.
- b) A cláusula pela qual Marcelo se reservou a faculdade de indicar um terceiro caracteriza uma promessa de fato de terceiro.
- c) A indicação do terceiro por parte de Marcelo deve ser comunicada a Josias no prazo de 30 dias da conclusão do contrato, salvo disposição em contrário.
- d) A pessoa nomeada por Marcelo irá adquirir os direitos e assumir as obrigações decorrentes do contrato a partir do momento da nomeação.
- e) Se a pessoa nomeada por Marcelo for insolvente desde o momento da nomeação, o contrato produzirá efeitos entre os contratantes originários.

88. Lúcio e Mauro se envolveram em uma colisão automobilística, ficando o carro de Mauro bastante avariado. Diante do fato, Mauro ingressou com ação de reparação civil contra Lúcio. A perícia, no entanto, comprovou que, embora Lúcio estivesse alcoolizado no momento do acidente, Mauro também concorreu culposamente para o evento danoso, pois estava dirigindo com excesso de velocidade.

Com relação à indenização devida por Lúcio a Mauro, pode-se afirmar que esta:

- a) será reduzida à metade.
- b) será dividida entre ela e Lúcio em partes iguais.
- c) será excluída.
- d) será devida integralmente.
- e) será fixada tendo-se em conta a gravidade da culpa de Mauro em confronto com a de Lúcio.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

89. Após a realização de auditorias em órgãos estaduais, as provas foram enviadas ao Ministério Público do Estado, uma vez que foram encontrados indícios de atos de improbidade administrativa. Recebendo os autos, o Ministério Público instaurou inquérito civil com a produção de mais provas e agora pretende ajuizar ação de improbidade administrativa. Nos termos do que dispõe a lei 8.429/1992 sobre os aspectos processuais da ação de improbidade, é correto afirmar que

- a) Trata-se de ação eminentemente preventiva.
- b) Admite-se a sua utilização para o controle de legalidade de políticas públicas.
- c) Não possui caráter sancionatório.
- d) Constitui ação civil.
- e) É destinada à aplicação de sanções de caráter pessoal

90. A Defensoria Pública Estadual ajuizou ação civil pública com o objetivo de promover a tutela judicial de direitos difusos de que são titulares, em tese, pessoas necessitadas. Para tanto, como pleito final, busca a condenação da ré em danos morais coletivos e em obrigação de fazer. Diante da urgência do caso, pleiteou, também, a concessão de medida liminar. De acordo com a jurisprudência do STF e do disposto na Lei 7.347/1985, é correto afirmar que:

- a) A Defensoria Pública não tem legitimidade ajuizamento de ação civil pública, independentemente de a titularidade dos direitos discutidos incluir pessoas necessitadas.
- b) A Defensoria Pública, embora seja legitimada para ajuizar ações civis públicas será parte ilegítima no presente caso, uma vez que não basta a existência em tese de pessoas necessitadas como titulares dos direitos discutidos.

c) A ação deverá ser proposta no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência relativa para processar e julgar a causa.

d) Poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo.

e) Não se admite a condenação em danos morais coletivos em ações que versem sobre direitos difusos.

91. Pedro, servidor estadual responsável por determinada área de licitação no órgão em que trabalha, ajuizou ação de produção antecipada de prova em face da empresa X, contratada pelo poder público. Segundo narrou em sua inicial, o prévio conhecimento dos fatos pode justificar ou evitar o ajuizamento de ação de indenização, em virtude de acusações de corrupção que vinha sofrendo. Sobre a produção antecipada de provas no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) A produção antecipada da prova previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.
- b) Neste procedimento, não se admitirá defesa ou recurso, salvo contra decisão que indeferir totalmente a produção da prova pleiteada pelo requerente originário.
- c) O juiz não se pronunciará sobre a ocorrência ou a inoccorrência do fato, mas deverá emitir juízo de valor sobre as respectivas consequências jurídicas.
- d) Os interessados poderão requerer a produção de qualquer prova no mesmo procedimento, desde que relacionada ao mesmo fato, ainda que a sua produção conjunta acarrete excessiva demora.
- e) O motivo alegado por Pedro não justifica o ajuizamento de produção antecipada de provas.

92. Cláudio é réu em ação de indenização por danos materiais e morais ajuizada por Paulo. Após o despacho inicial, Cláudio foi citado para apresentar a sua contestação via correios. De acordo com o Código de Processo Civil, considera-se dia do começo do prazo:

- a) a data de juntada aos autos do aviso de recebimento.
- b) a data de juntada aos autos do mandado cumprido.
- c) a data de ocorrência da citação.
- d) a data da decisão.
- e) a data da publicação da decisão.

93. A empresa X impetrou mandado de segurança em face de ato praticado por pregoeiro em licitação da qual participou. O juízo, após a prestação de informações pela autoridade coatora e o parecer do Ministério Público, denegou a segurança, e não fixou honorários advocatícios. Em sua sentença, constatou que o mandado de segurança foi impetrado 150 (cento e cinquenta) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado. A empresa interpôs apelação alegando que a fixação de um prazo máximo para impetração de mandado de segurança fere a constituição. Sustentou, ainda, ter feito pedido de reconsideração na via administrativa, o que interromperia o prazo decadencial. De acordo com a lei 12.016/2009 e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- a) Houve equívoco do juízo ao não fixar honorários advocatícios.
- b) Caso o parecer do Ministério Público tenha sido favorável ao impetrante, não poderia o juízo denegar a segurança.
- c) É constitucional lei que fixa o prazo de decadência para a impetração de mandado de segurança, de modo que não deve ser provida a apelação da empresa X nesse ponto.
- d) Pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo para o mandado de segurança.

e) Como houve denegação do mandado de segurança, deveria ter sido interposto agravo de instrumento.

94. Patrícia, cidadã, ajuizou ação popular em face do Município X do interior do Estado de São Paulo, por uma suposta malversação dos recursos públicos na contratação de um show de música popular. Segundo alega a autora, a referida contratação ultrapassaria 1 milhão de reais, enquanto a obra do hospital da cidade não era finalizada, mesmo custando metade disso. Devidamente citado, é correto afirmar que o prazo para o Município X contestar será de

- a) 20 dias, prorrogáveis por mais 20 (vinte), a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção de prova documental.
- b) 15 dias, prorrogáveis por mais 15 (quinze), a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção de prova documental.
- c) 30 dias.
- d) 45 dias.
- e) 10 dias.

95. Considerando os aspectos processuais da lei de improbidade administrativa (lei 8.429/1992), assinale a alternativa correta.

- a) Em qualquer momento do processo, verificada a inexistência do ato de improbidade, o juiz extinguirá o feito sem resolução do mérito.
- b) Havendo a possibilidade de solução consensual, poderão as partes requerer ao juiz a interrupção do prazo para a contestação, por prazo não superior a 30 (trinta) dias.
- c) Da decisão que converter a ação de improbidade em ação civil pública caberá apelação.
- d) Ao réu será assegurado o direito de ser interrogado sobre os fatos de que trata a ação, mas o seu silêncio implicará confissão.
- e) Não se aplica na ação de improbidade administrativa o reexame obrigatório da sentença de improcedência ou de extinção sem resolução de mérito.

96. Sobre a teoria geral das provas no processo civil, considere:

- I – O juiz indeferirá, em decisão fundamentada, as diligências inúteis ou meramente protelatórias.
- II – O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento.
- III – A parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência, independentemente de determinação judicial.

De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma **APENAS** em:

- a) I e II.
- b) I, II e III
- c) II
- d) II e III.
- e) III.

DIREITO PENAL

Renan Araujo

97. Luciana, brasileira, subtraiu a bolsa de Pietra, italiana, quando ambas se encontravam em um trem na cidade de Florença (Itália), com destino a Roma (Itália), praticando assim a conduta tipificada no Brasil como crime de furto (reclusão de 01 a 04 anos e multa).

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) será aplicável a lei penal brasileira, se preenchidas as condições legais, pelo princípio da nacionalidade passiva.
- b) será aplicável a lei penal brasileira, se preenchidas as condições legais, pelo princípio da nacionalidade ativa.
- c) será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da nacionalidade ativa, ainda que Luciana seja absolvida ou condenada no estrangeiro.

d) será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da defesa, real ou proteção, ainda que Luciana seja absolvida ou condenada no estrangeiro.

e) não será possível a aplicação da lei penal brasileira.

98. Daniel, desejando matar Henrique, desfere uma facada na vítima, acertando-a de raspão. Quando iria desferir a segunda facada, eis que a primeira não seria suficiente, Daniel se arrepende e desiste de prosseguir na execução, por se lembrar de que Henrique sempre foi boa pessoa, e que tudo aquilo não passava de discussão por bobagem. Assim, Henrique sofre apenas lesões corporais leves, em razão da primeira facada.

Neste caso, é correto afirmar que houve:

- a) arrependimento posterior, implicando redução de pena de um a dois terços.
- b) desistência voluntária, de forma que o agente responderá pelo crime originalmente pretendido, na forma tentada.
- c) desistência voluntária, de forma que o agente responderá apenas pelos atos já praticados.
- d) arrependimento eficaz, de forma que o agente responderá pelo crime originalmente pretendido, na forma tentada.
- e) arrependimento eficaz, de forma que o agente responderá apenas pelos atos já praticados.

99. Acerca do fato típico e da ilicitude, assinale a alternativa correta:

- a) Crimes formais são aqueles em que a ocorrência do resultado naturalístico previsto no tipo penal é dispensável para sua consumação.
- b) A tentativa é compatível com os crimes omissivos próprios.
- c) O CP adota como regra a teoria da causalidade adequada em relação ao nexo de causalidade e, excepcionalmente, a teoria da equivalência dos antecedentes causais.
- d) O conhecimento da situação justificante é desnecessário na legítima defesa, embora seja exigido no estado de necessidade.
- e) A culpa consciente se distingue do dolo eventual porque naquela o agente não representa o resultado danoso como possível ou provável.

100. Helena, então com 19 anos de idade, praticou, no dia 11.06.2018, crime de receptação simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa). A denúncia foi oferecida em 10.08.2020 e recebida pelo Juízo em 15.08.2020. Após a regular instrução do processo, o Juízo proferiu sentença, condenando Helena e fixando pena de 01 ano de reclusão, além da multa. A sentença foi proferida em 09.08.2024, não tendo havido interposição de recurso por parte do Ministério Público. A defesa, porém, interpôs recurso de apelação.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Não ocorreu prescrição.
- b) Ocorreu prescrição da pretensão punitiva retroativa, entre a data do fato e a data do recebimento da denúncia.
- c) Ocorreu prescrição da pretensão punitiva com base na pena máxima em abstrato cominada ao delito.
- d) Ocorreu prescrição da pretensão executória.
- e) Ocorreu prescrição da pretensão punitiva retroativa, entre a data do recebimento da denúncia e a data da publicação da sentença condenatória recorrível.

101. Isaac, funcionário público do INSS (autarquia federal), ocupante de função de direção, foi denunciado pelo crime de peculato (art. 312 do CP), por supostamente ter se apropriado de verbas públicas das quais tinha a posse em razão da função pública exercida. Ao aplicar a pena, o Juiz fixou a pena-base em 02 anos. Diante da ausência de agravantes e atenuantes, não houve alteração na segunda fase da dosimetria da pena. Porém, na terceira fase, o Juiz majorou a pena em um terço, por ser Isaac ocupante de função de direção, nos termos do art. 327, §2º do CP, aplicando-lhe uma pena final de 02 anos e 08 meses de reclusão e 150 dias-multa. O Juízo determinou, ainda, como efeito secundário da condenação, a perda do cargo público ocupado. Tendo em conta o caso narrado, assinale a alternativa correta:

- a) Agiu incorretamente o magistrado ao aplicar a majorante, pois não se aplica aos dirigentes de autarquias, bem como agiu incorretamente ao determinar a perda do cargo público, pois a pena fixada não ultrapassa 04 anos.
- b) Agiu incorretamente o magistrado ao aplicar a majorante, pois não se aplica aos dirigentes de autarquias, bem como agiu incorretamente ao determinar a perda do cargo público, pois se trata de efeito automático da condenação.
- c) Agiu corretamente o magistrado tanto no que tange à majorante quanto no que tange à aplicação do efeito secundário de perda do cargo público.
- d) Agiu corretamente o magistrado ao aplicar a majorante do art. 327, §2º do CP, mas agiu incorretamente ao determinar a perda do cargo público, pois a pena fixada não ultrapassa 04 anos.
- e) Agiu incorretamente o magistrado ao aplicar a majorante, pois não se aplica aos dirigentes de autarquias, mas foi adequada a aplicação do efeito secundário de perda do cargo público, pois a pena aplicada é igual ou superior a 01 ano, e tal efeito não é automático, dependendo de pronunciamento na sentença.

102. Fagner tomou conhecimento de que Carolina possuía processo em curso na 03ª Vara Cível da Comarca de Campinas-SP. Assim, percebendo a apreensão de Carolina em relação ao desfecho da demanda, solicitou a ela a quantia de R\$ 20.000,00, a pretexto de influenciar o Juiz da causa, Jorge, a fim de que ele viesse a proferir sentença favorável, dizendo ser amigo de infância do magistrado e que poderia convencê-lo a decidir em seu favor. Fagner alegou, ainda, que metade do valor seria destinada ao Juiz. Fagner, contudo, sequer conhecia o Juiz, e buscava apenas obter vantagem em prejuízo de Carolina, vendendo a ela uma influência inexistente.

Nessa situação, Fagner deverá responder pelo crime de:

- a) Exploração de prestígio, majorado.
- b) Exploração de prestígio, sem majoração.
- c) Corrupção ativa.
- d) Tráfico de influência, majorado.
- e) Tráfico de influência, sem majoração.

103. Sobre os crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta:

- a) Configura crime contra as finanças públicas a conduta de dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.
- b) Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de qualquer atividade junto à Administração Pública.
- c) A oposição passiva à execução de ato legal a ser executado por funcionário público, sem violência ou ameaça, não configura crime de resistência.
- d) O objeto material do crime de peculato é o dinheiro, valor ou bem móvel, necessariamente público, apropriado ou desviado pelo agente.

e) Os crimes de corrupção ativa e passiva são tipicamente bilaterais, de maneira que um não existe na ausência do outro.

104. A prefeitura do município Delta instaurou licitação para a aquisição de uma tonelada de café em pó, que seria destinada ao abastecimento das repartições públicas do município. Temendo não conseguir vencer a disputa, Leonardo, um dos licitantes, ofereceu R\$ 5.000,00 a Emílio, outro licitante, a fim de que este desistisse de participar do procedimento licitatório. Emílio aceitou a oferta e efetivamente desistiu de participar da licitação. A licitação, porém, foi vencida por um terceiro concorrente.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Leonardo praticou o crime de afastamento de licitante, e Emílio não praticou crime algum.
- b) Leonardo e Emílio não praticaram crime, eis que a licitação foi vencida por um terceiro.
- c) Leonardo praticou o crime de afastamento de licitante, e Emílio responderá pelo mesmo crime, com pena diminuída.
- d) Leonardo praticou o crime de afastamento de licitante, e Emílio incorrerá nas mesmas penas.
- e) Leonardo e Emílio praticaram crime de frustração do caráter competitivo da licitação.

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Priscila Silveira*

105. Com base nas garantias e princípios constitucionais relacionados ao Direito Processual Penal, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição Federal permite a prisão civil por dívida em qualquer caso de inadimplemento voluntário e injustificado, desde que exista previsão contratual expressa.
- b) O princípio da presunção de inocência não impede o início da execução provisória da pena após decisão condenatória proferida em segunda instância, conforme entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal.
- c) O contraditório e a ampla defesa constituem direitos fundamentais assegurados não apenas aos réus em processos judiciais, mas também aos envolvidos em procedimentos administrativos.
- d) O direito ao silêncio impõe ao acusado a obrigação de responder apenas sobre os fatos imputados, sendo-lhe vedado o silêncio total.
- e) A inafiançabilidade do crime de racismo tem natureza meramente programática, dependendo de regulamentação infraconstitucional para gerar efeitos penais imediatos.

106. O artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal de 1988, estabelece que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.

Esse dispositivo constitucional consagra o princípio do(a):

- a) contraditório e da ampla defesa.
- b) presunção de inocência.
- c) inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos.
- d) devido processo legal.
- e) presunção de culpa.

107. Com base nas disposições do Código de Processo Penal referentes ao Inquérito Policial, assinale a alternativa correta.

- a) A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.
- b) Do despacho que negar a instauração do inquérito cabe recurso diretamente ao juiz competente.
- c) O inquérito poderá ser iniciado mesmo sem a representação da vítima, ainda que se trate de crime de ação penal pública condicionada.
- d) O inquérito deverá ser concluído em 10 dias se o investigado estiver preso temporariamente, ou em 30 dias se estiver em liberdade, com ou sem fiança, contados a partir da execução da prisão.
- e) O inquérito policial não será encaminhado ao juiz juntamente com a denúncia ou queixa, a fim de preservar a imparcialidade da jurisdição.

108. Segundo o Código de Processo Penal, o inquérito policial deve ser finalizado mediante a elaboração, pela autoridade policial, de um relatório detalhado contendo todas as apurações realizadas:

- a) com posterior envio dos autos ao juiz competente.
- b) com posterior encaminhamento dos autos diretamente ao Ministério Público.
- c) com posterior entrega dos autos ao investigado.
- d) com posterior remessa dos autos à vítima.
- e) com posterior encaminhamento dos autos ao Procurador-Geral de Justiça.

109. Sobre a ação penal, assinale a alternativa correta:

- a) O Ministério Público pode desistir da ação penal a qualquer tempo.
- b) A queixa dirigida contra um dos autores do delito não obriga o prosseguimento contra todos os demais, sendo, portanto, divisível.
- c) A ação penal privada pode ser proposta por qualquer pessoa que tenha conhecimento do fato criminoso.
- d) A representação torna-se irretratável após o oferecimento da denúncia.
- e) Em caso de falecimento do ofendido ou de sua declaração de ausência por decisão judicial, o direito de apresentar a queixa ou dar continuidade à ação passa ao cônjuge, aos ascendentes, descendentes, irmãos ou ao Ministério Público.

110. A ação penal pode ter iniciativa privada, conforme previsto no Código Penal ao definir a conduta típica. Sobre as regras aplicáveis à ação penal privada, conforme o Código de Processo Penal, é correto afirmar:

- a) Se o querelante perdoar um dos querelados, e este aceitar o perdão, tal perdão beneficiará todos os demais querelados, em razão do princípio da indivisibilidade.
- b) A ação penal será considerada perempta se, após iniciada, o querelante deixar de promover o andamento do processo por 20 dias consecutivos.
- c) O perdão poderá ser aceito por procurador com poderes gerais.
- d) Fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas podem exercer a ação penal, sendo representadas por quem seus estatutos ou contratos sociais indicarem ou, na falta dessa previsão, por seus diretores ou sócios-gerentes.
- e) Em caso de falecimento do ofendido ou se este for declarado ausente judicialmente, a punibilidade do agente será extinta, por se tratar de direito personalíssimo.

111. Sobre o tema prova no processo penal, considerando o que dispõe o Código de Processo Penal, no caso de lesões corporais:

- a) Se o exame pericial inicial for incompleto, será realizada prova testemunhal substitutiva (exame indireto).
- b) Caso o exame pericial inicial seja incompleto, deverá ser feito exame complementar, por determinação da autoridade policial ou judicial, de ofício, ou mediante requerimento do Ministério Público, do ofendido, do acusado ou de seu defensor.
- c) A ausência de exame complementar poderá ser suprida por prova testemunhal ou pela confissão voluntária do acusado.
- d) A falta de exame complementar poderá ser compensada por prova testemunhal ou confissão do acusado, sem qualquer requisito específico.
- e) Não é possível a complementação do exame de lesões corporais, sendo sua realização obrigatória e imediata em todos os casos.

112. Quanto ao tratamento de documentos no processo penal, assinale a alternativa correta:

- a) Em regra, a apresentação de documentos é permitida em qualquer fase do processo.
- b) Consideram-se documentos apenas os escritos em papel, não sendo admitidos registros em outros suportes.
- c) No processo penal, somente são aceitos documentos de caráter público.
- d) Não é permitido que o destinatário, para defesa de seu direito, apresente carta sem o consentimento do remetente.
- e) Apenas documentos redigidos na língua oficial do país são admitidos no processo penal.

DIREITO EMPRESARIAL*Cadu Carrilho*

113. João quer montar uma loja e vender produtos eletrônicos. Sobre a atividade de desejo de João marque a opção correta:

- a) Se for um impedido legal, não responderá pelas obrigações contraídas.
- b) João será considerado empresário se exercer profissionalmente atividade econômica organizada para produção ou circulação de bens ou de serviços.
- c) Caso a atividade de João seja apenas intelectual, prestando serviços artísticos, não será considerado empresário, ainda que constitua um elemento de empresa.
- d) Quando a atividade aumentar de volume, se quiser montar uma filial, só poderá utilizar-se de uma sociedade, já que não se admite que um empresário individual monte filial.
- e) Tendo João 17 anos, poderá abrir uma empresa como empresário individual, basta que obtenha a autorização do juiz.

114. De acordo com o Código Civil brasileiro, o estabelecimento empresarial é um dos elementos essenciais para o exercício da empresa. A respeito do conceito e dos efeitos jurídicos relacionados ao estabelecimento, assinale a alternativa correta.

- a) O estabelecimento empresarial é considerado pessoa jurídica, razão pela qual pode ser titular de direitos e obrigações de forma autônoma em relação ao empresário.
- b) O contrato de trespasse independe de qualquer forma de publicidade, produzindo efeitos perante terceiros a partir da assinatura pelas partes.
- c) O adquirente de um estabelecimento responde integralmente por todas as dívidas do alienante, ainda que não estejam relacionadas à exploração do negócio transferido ou ainda que não estejam regularmente contabilizadas.

d) O estabelecimento é o conjunto de bens organizados pelo empresário para o exercício da empresa, e sua alienação, para produzir efeitos perante terceiros, depende de averbação à margem da inscrição do empresário e publicação na imprensa oficial.

e) A alienação de estabelecimento empresarial é ato personalíssimo do empresário individual, sendo vedada a sua realização por sociedade empresária.

115. Antonio e Patrícia exercem atividade odontológica, resolvem montar uma sociedade para exercerem sua profissão intelectual, inclusive um deles contribui com o capital social apenas com serviços. Assim, marque a opção correta de acordo com o tipo societário pertinente a ser adotado e as regras.

- a) Trata-se de uma sociedade simples em que as obrigações dos sócios começam imediatamente com o contrato, se este não fixar outra data, e terminam quando, liquidada a sociedade, se extinguirem as responsabilidades sociais.
- b) Os sócios são obrigados, na forma e prazo previstos, às contribuições estabelecidas no contrato social, e aquele que deixar de fazê-lo, nos trinta dias seguintes ao da inscrição da sociedade, responderá perante esta pelo dano emergente da mora.
- c) O sócio que, a título de quota social, transmitir domínio, posse ou uso, não responde pela evicção; e nem pela solvência do devedor, aquele que transferir crédito.
- d) É nulo o contrato que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.
- e) A distribuição de lucros ilícitos ou fictícios acarreta responsabilidade solidária dos administradores que a realizarem e de todos os sócios da sociedade.

116. João e Marina são sócios da JM Serviços Ltda., sociedade empresária limitada com capital social de R\$ 100.000,00, dividido em quotas de valor igual.

Marina integralizou integralmente suas quotas, enquanto João ainda não integralizou sua parte. Após um ano de funcionamento, a sociedade contraiu dívida de R\$ 50.000,00 com um fornecedor, que, não recebendo o pagamento, busca cobrar pessoalmente os sócios. Considerando as regras do Código Civil sobre a sociedade limitada, assinale a alternativa correta.

- a) João e Marina respondem de forma ilimitada e solidária pelas dívidas sociais, independentemente da integralização do capital.
- b) Marina não pode ser responsabilizada pela dívida, ainda que João não tenha integralizado suas quotas.
- c) João e Marina respondem solidariamente pela dívida social perante o credor, mesmo que Marina já tenha integralizado sua parte.
- d) Apenas João responde perante o credor, já que foi o único a deixar de integralizar o capital.
- e) Nenhum dos sócios pode ser responsabilizado, pois na sociedade limitada a responsabilidade é sempre restrita ao valor das quotas.

117. A sociedade empresária Alfa S.A. possui capital social dividido em ações ordinárias e preferenciais. João é titular de ações preferenciais, enquanto Maria possui ações ordinárias. Com base na Lei nº 6.404/1976, assinale a alternativa correta.

- a) É possível emitir ações preferenciais sem direito a voto e também sem direito a participar dos lucros, desde que o estatuto social assim disponha.
- b) O estatuto poderá prever direito de preferência para aquisição de novas ações à João, mas não há essa previsão para a acionista Maria.
- c) A cada ação de Maria corresponde um voto nas deliberações da assembléia-geral, sendo proibida atribuição de voto plural.

d) Para João, as preferências ou vantagens de suas ações podem consistir em prioridade na distribuição de dividendo, fixo ou mínimo ou em prioridade no reembolso do capital, com prêmio ou sem ele.

e) Na companhia aberta, é vedada a manutenção de mais de uma classe de ações ordinárias, vedada a adoção do voto plural.

118. A sociedade empresária Delta Ltda. está avaliando diferentes alternativas para reestruturar suas atividades e melhorar sua posição no mercado. O consultor jurídico da empresa apresentou algumas opções que estão de acordo com a lei. Com base na legislação societária brasileira, assinale a alternativa que corretamente descreve uma dessas operações.

- a) Na transformação, uma sociedade é absorvida por outra, que lhe sucede em todos os direitos e obrigações, extinguindo-se a sociedade incorporada.
 - b) Na incorporação, há a reunião de duas ou mais sociedades que se unem para formar uma nova pessoa jurídica, que sucede as anteriores em todos os direitos e obrigações.
 - c) Na fusão, uma sociedade se divide em duas ou mais partes, transferindo todo ou parte de seu patrimônio para outras sociedades já existentes ou constituídas para esse fim.
 - d) Na transformação, ocorre a passagem de uma sociedade de um tipo societário para outro, sem dissolução ou liquidação da pessoa jurídica.
 - e) Na liquidação, a sociedade muda de tipo societário, mantendo a sua personalidade jurídica e os mesmos direitos e obrigações.
-

119. A sociedade empresária Gamma Ltda. deixou de cumprir diversos contratos com fornecedores. Em ação de cobrança, o autor requer que o juiz desconsidere a personalidade jurídica da empresa, alegando que os sócios estão usando a pessoa jurídica para ocultar patrimônio pessoal e fraudar credores. O juiz, então, vai analisar o redirecionamento da execução para os bens particulares dos sócios administradores. Com base no Código Civil e na legislação processual vigente, assinale a alternativa correta acerca da desconsideração da personalidade jurídica.

- a) A desconsideração da personalidade jurídica é automática diante da existência de dívidas não pagas pela sociedade, bastando o inadimplemento para atingir o patrimônio dos sócios.
- b) A desconsideração pode ser decretada sempre que a empresa possuir patrimônio insuficiente para pagar suas dívidas, ainda que não haja abuso ou fraude.
- c) A desconsideração da personalidade jurídica depende da comprovação de abuso da personalidade, caracterizado por desvio de finalidade ou confusão patrimonial.
- d) A desconsideração é medida aplicável exclusivamente às sociedades limitadas, não se estendendo a outros tipos societários.
- e) Decretada a desconsideração, os sócios passam a responder solidariamente por todas as dívidas sociais, ainda que não tenham participado da conduta abusiva.

120. A respeito da responsabilização da pessoa jurídica:

- a) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos na lei praticados em seu interesse ou benefício, desde que exclusivo.
- b) A responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.
- c) Não subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.
- d) Tendo em vista que as sociedades são pessoas jurídicas de direito privado criadas pelas normas e não possui vontade própria, não há que se imputar responsabilidade sobre esses entes.
- e) A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na lei ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.

Discursiva 1

Em uma democracia madura, o controle externo dos Tribunais de Contas transforma números em proteção de direitos. Ao auditar gastos, avaliar políticas e exigir transparência, TCU e seus pares asseguram que cada real cumpra seu destino: servir ao cidadão. Fiscalizar é cuidar do futuro comum, evitar desperdícios, corrigir rumos e fortalecer a confiança nas instituições.

Considerando o contexto acima, elabore um texto sobre o controle externo realizado pelos Tribunais de Contas, previsto a Constituição Federal de 1988. No seu texto:

1. Apresente as competências do Tribunal de Contas da União (TCU), previstas no art. 71 da Constituição Federal;
2. Indique o princípio constitucional que permite que se estenda as competências do TCU aos demais Tribunais de contas;
3. Analise as finalidades e os objetivos da fiscalização financeira e orçamentária da União e das entidades da administração direta e indireta.

Resposta em até 60 linhas

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Discursiva 2

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro orienta a vigência, a aplicação e a interpretação das normas, buscando segurança jurídica e previsibilidade. Seus dispositivos alcançam decisões administrativas, de controle e judiciais, delimitando regras e parâmetros sem antecipar conclusões.

Com base no tema abordado no texto motivador, responda aos seguintes tópicos:

- a) Explique como se conta o prazo da *vacatio legis* quando houver nova publicação destinada à correção antes da entrada em vigor.
- b) Indique a natureza jurídica das correções a texto de lei já em vigor, esclarecendo a repercussão disso para a vigência.
- c) Esclareça se uma lei revogada se restabelece quando a lei revogadora perde a vigência, e fundamente a resposta com os conceitos envolvidos.
- d) Explique como a lei em vigor tem efeito imediato e geral preservando ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada, demonstrando a operação prática dessa regra.
- e) Delimite quando há responsabilidade pessoal do agente público por dolo ou erro grosseiro, indicando os critérios que norteiam essa responsabilização no marco da segurança jurídica.

Resposta em até 60 linhas

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>